

retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº 24 | JULHO DE 2009

BOAL O dramaturgo dos oprimidos se foi. Mas seu teatro ainda vive

TRABALHO Acabou a queda do desemprego e a recuperação de renda?

TORTURA Com Bush, ela foi legalizada. Obama vai continuar com isso?

PETROBRAS, O NOVO ALVO DA GRANDE MÍDIA

OS GRANDES JORNAIS CONSERVADORES APOSTAM NA "CPI DA PETROBRAS". NOSSO PONTO DE VISTA NA PÁGINA 6

retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | Nº 24 | JULHO DE 2009

06 Ponto de Vista A FONTE QUE FALA

A Petrobras colocou na rede um blog que mostra o que os jornalistas perguntam e ela responde. A grande mídia conservadora reclamou. Por quê?

09 LUZ E SOMBRA

O governo elaborou um projeto de lei que trata dos arquivos do período da ditadura militar. Apesar de alguns avanços, ele recebe muitas críticas [Marina Amaral]

12 ERA POUCO... E SE ACABOU?

Com o desemprego em queda, havia perspectivas de melhora para os trabalhadores. A crise interrompeu esse processo. O que virá? [Tânia Caliar]



33 A LEGALIZAÇÃO DA TORTURA

Barack Obama vai desmontar o sistema de "técnicas avançadas de interrogatório" que Bush e seus advogados criaram? [Natália Viana]

36 MECENATO COM RECURSO ALHEIO

Em entrevista exclusiva, o ministro Juca Ferreira diz que a Lei Rouanet, do jeito que está, beneficia apenas um punhado de grandes empresas [Antônio Carlos Queiroz e Raimundo Rodrigues Pereira]

40 O ARTISTA DOS OPRIMIDOS

Augusto Boal, falecido em maio, foi o criador de grupos de teatro vinculados à vida do povo humilde. Uma representação artística tão elaborada quanto a de Brecht [Lia Imanishi]



16 A QUESTÃO DO RECIFE

A capital pernambucana é uma das mais violentas do País. E as iniciativas do governo estadual para reduzir a criminalidade ainda estão distantes de atingir seu objetivo [Léo Arcoverde]

20 O IMPÉRIO EM XEQUE

O dólar oscila e sinaliza que a ampla hegemonia dos EUA está sob ameaça [Rama Vasudevan / Monthly Review]

30 A PRETENSÃO CHINESA

O presidente do Banco Central da China propôs uma alternativa para o dólar. Ele fala sério? [Marcos Antonio Macedo Cintra]



CAPA Pedro Ivo Sartori

46 EXTERMINADORES DO PASSADO

A utilidade da internet é indiscutível. Reviver por meio dela a aldeia global, no entanto, é como escravizar as almas do presente com uma ideia do passado [Flávio de Carvalho Serpa]

49 NO MEIO DO CAMINHO

As empresas não investem, e o apoio estatal à ciência brasileira, apesar de ter crescido, ainda é pouco para tornar o País uma potência no setor [Rafael Hernandes]



ERRATA

Na edição anterior, no artigo "Um atlas contra o arcaísmo", o mapa da página 37 foi publicado com erro na legenda. Aqui, reproduzimos o mapa corretamente.

- Concentração das famílias assentadas pelos governos por meio da política de assentamentos rurais
- Concentração das ocupações de terra realizadas pelos movimentos camponeses
- Alto grau de especialização no agronegócio da soja, milho e algodão
- Principal região agropecuária do País



fale conosco:

WWW.RETRATODOBRASIL.COM

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

CARTAS À REDAÇÃO

www.retratodobrasil.com
cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj.42
cep 05432-000 são paulo - sp

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine.

Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

EXPEDIENTE

SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira **EDIÇÃO** Armando Sartori **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Callari
EDIÇÃO DE ARTE Ana Castro • Pedro Ivo Sartori **REVISÃO** Silvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] **COLABORARAM NESTA EDIÇÃO** Alex Silva • Antônio Carlos Queiroz • Flávio de Carvalho Serpa • Léo Arcoverde • Marcos Antonio Macedo Cintra • Marina Amaral • Natália Viana • Paulo César Lima • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira
GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] **DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS** Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]



Ponto de vista:

A FONTE QUE FALA A grande mídia conservadora acha que a Petrobras não tem direito de decidir o que o público deve saber a seu respeito

1. QUAL A RELEVÂNCIA DA “CPI DA PETROBRAS”?

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional deve, em tese, partir de fatos bem caracterizados e graves. E é, ainda em tese, instrumento para a investigação de grandes problemas vividos pelo País. Se é assim, o que deveria ser a “CPI da Petrobras”, aprovada no plenário do Senado Federal? Qual é o problema grave, com repercussão nacional, vivido pela empresa?

É, por exemplo, o rebaixamento de sua nota na classificação de risco da agência Standard & Poor’s, que pode implicar um prejuízo sério para a empresa – a elevação dos juros para seu ambicioso projeto de financiamento da exploração de petróleo nas águas ultraprofundas do pré-sal, onde ela descobriu uma das maiores reservas mundiais do óleo? É o fato de o debate sobre as regras para exploração dessas extraordinárias reservas, de tanta importância para o País, estar sendo feito quase em surdina, sem que as posições existentes sejam suficientemente divulgadas? É o fato de as multinacionais do petróleo estarem pressionando o governo, por meio da influência que têm na mídia, para que essas regras estejam de acordo com seus interesses?

O fato motivador da CPI, no entanto, não é nenhum dos graves problemas apontados. Para a investigação pelo Congresso, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), autor do pedido, juntou, como ele mesmo disse aos jornais, “tudo o que tinha de ação envolvendo a Petrobras e a ANP” (Agência Nacional do Petróleo): inquéritos da Polícia Federal, auditorias do Tribunal de Contas da União e ações do Ministério Público, incluindo desde contratos grandes da empresa, como os da construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, de cerca de 6 bilhões de reais, até o relacionado com 44 prefeituras da Bahia que receberam, em média, cada uma, 70 mil reais para a promoção de festas juninas em troca da exibição da logomarca da empresa.

E, para a aprovação do requerimento, a oposição aproveitou-se de um certo clima de escândalo, criado pelo noticiário dos três grandes jornais diários do País – O

Globo, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* –, entre os dias 10 e 15 de maio, em torno do fato de a Petrobras ter mudado o mecanismo de cálculo do recolhimento dos tributos que paga à Receita Federal. A empresa trocou o chamado “regime de competência”, quando receitas e custos para o cálculo do lucro são registrados no momento em que as transações são formalmente contabilizadas, pelo “regime de caixa”, quando esse cálculo é feito no momento em que as referidas transações de fato entram e saem dos cofres da empresa. Com a operação, neste momento de crise de crédito aguda, a Petrobras deixou de recolher três meses de contribuições ao fisco e manteve os recursos em seu caixa – cerca de 4 bilhões de reais. Segundo estudo divulgado no dia 12 de junho pelo diário *Valor Econômico*, a manobra contábil da empresa “pode ter sido seguida pela maioria dos grandes contribuintes do País”. O estudo é de José Roberto Afonso, consultor do PSDB e apontado pelo governador de São Paulo, José Serra, como o maior entendido em contas públicas do País. Afonso diz que “uma hipótese forte” para o não recolhimento de impostos de forma tão ampla como constatou ao examinar as contas do País pode ser o fato de que “não recolher tributos” tornou-se “uma forma de acesso a crédito”. “Neste caso, em que o fisco assume o papel de banco, a vantagem do contribuinte é que ele decide (se recolhe ou não) e não tem por que esperar o gerente do banco.”

Apoiada num arrastão de investigações menores e já em curso e aproveitando-se de um escândalo que, tudo indica, inexistente, até onde irá a CPI? Ela foi considerada aprovada a partir da leitura, em plenário do Senado, do requerimento do senador Dias para sua instalação, feita pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no dia 15 de maio. Trinta e dois senadores assinaram o requerimento – cinco a mais que o necessário – e apenas dois retiraram esse apoio até a meia-noite daquele dia, prazo final para a verificação da quantidade mínima regimental exigida, 27 assinaturas. Até meados de junho, a CPI ainda não havia sido instalada, formalidade que exige a indicação, pelos partidos, de todos os seus sete integrantes, o que já havia sido feito,

e de uma reunião formal da maioria desses parlamentares, isso ainda pendente de acertos entre a base de apoio ao governo e a bancada da oposição.

Mas, a essa altura, a CPI já funcionava para os grandes diários conservadores do País, que se adiantaram nas investigações, com títulos destacados, como: “Muita política e pouca transparência – CPI vai investigar uma Petrobras com nova dimensão política e econômica que faz 80% das compras sem licitação” (*O Globo*), “Doações fragilizam investigação – empreiteiras vinculadas à Petrobras pagaram campanha de senadores” (*O Estado de S. Paulo*) e “Petrobras favorece empresa ligada ao PT da Bahia” (*Folha de S.Paulo*).

No fim de maio, a Petrobras publicou um informe publicitário nos jornais para contestar o noticiário a seu respeito, dizendo que o fazia “em face dos esclarecimentos públicos reiteradamente prestados, que vêm sendo suprimidos de maneira condenável por alguns meios de comunicação, de forma a distorcer fatos e levar aos leitores informações incompletas e que induzem ao erro sobre as atividades da empresa”. Dias depois, dando um passo à frente no seu contra-ataque à campanha de denúncias, a empresa criou um blog na internet (imagem na pág. ao lado) para defender-se, publicando, na íntegra, suas respostas às questões levantadas pela mídia. Com um detalhe: de início, não respeitou os prazos de publicação das matérias relativas às questões sobre as quais era inquirida – os jornais perguntavam à empresa e ela respondia logo em seguida, para o público. Posteriormente, passou a divulgar as perguntas e respostas à zero hora do dia anunciado pelos jornalistas como programado para a publicação dos textos. O procedimento levou a um debate extraordinário.

2. O QUE OS JORNAIS ENTENDEM COMO SIGILO DA FONTE

O Globo, o diário carioca da família Marinho, foi o primeiro a reagir, num editorial de 9 de junho: “A Petrobrás decidiu, de maneira agressiva, antiética e ilegal, tentar acuar *O Globo*, a *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, jornais que, por dever de ofício, acompanham com a atenção devida as

evidências de desmandos na administração da companhia”. O jornal falou a seguir da criação do blog pela empresa e disse depois que a Petrobras divulgara, na sexta-feira anterior, informações que prestara para “uma reportagem que seria publicada n’O Globo de domingo, numa assombrosa quebra do sigilo que precisa existir no relacionamento entre imprensa e fonte prestadora de informações”.

No dia seguinte, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), por meio de Júlio César Mesquita, vice-presidente da organização, responsável por seu chamado Comitê de Liberdade de Expressão, divulgou nota com o mesmo tom: “Numa canhestra tentativa de intimidar jornais e jornalistas, a empresa criou um blog no qual divulga as perguntas enviadas à sua assessoria de imprensa pelos jornalistas antes mesmo de publicadas as matérias às quais as perguntas se referem, numa inaceitável quebra da confidencialidade que deve orientar a relação entre jornalistas e suas fontes”. E, ainda no mesmo dia, o *Estadão*, da família do mesmo Mesquita, no seu editorial principal, disse que a Petrobras “viola a tradicional relação entre fontes e jornalistas, de respeito, pelas primeiras, da pauta apresentada pelos profissionais de imprensa. O objetivo da Petrobras é, claramente, matar as reportagens e banalizar o trabalho investigativo dos jornalistas”.

No fim da semana, a argumentação contra o blog foi completada pelo semanário *Época*, do grupo de *O Globo*. A revista disse que o gesto da Petrobras era “sem precedentes” e funcionava “como intimidação ao trabalho dos jornalistas”. Primeiro porque “publicar as respostas na íntegra equivale a pôr em dúvida o trabalho intelectual de seleção e edição das informações exercido por todo bom jornalista”, e, depois, porque, ao fazer isso, as informações dos jornalistas “ficavam expostas aos concorrentes”.

A argumentação se pretende uma defesa da liberdade de expressão, em geral. No fundo, é a defesa do direito dos negócios da imprensa brasileira atual. Começemos pela discussão do chamado sigilo da fonte. A grande mídia conservadora defende esse direito de modo oportunístico. No fim de 2006, exatamente na véspera do primeiro turno das eleições presidenciais, os



Fatos e Dados 

Entrevista do presidente da Petrobras à Revista Newsweek
Junho 15, 2009 by Blog Fatos e Dados Petrobras



A China superou os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil, e a Petrobras, gigante do setor de energia brasileiro, contraiu um empréstimo de US\$ 10 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China, concebido para financiar os acordos de petróleo sem utilizar o dólar. O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo, voou até Pequim com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, para finalizar o negócio.

Ele falou com a repórter Manuela Zoninsein, da Newsweek, sobre o relacionamento com a China.

Trechos:
Como a crise financeira estreitou a relação Brasil-China, e isso foi feito em detrimento dos laços Brasil-EUA?
A crise econômica mundial motivou que o mercado de crédito se tornasse mais seletivo, restringindo o acesso ao crédito e às fontes de financiamento, particularmente nos EUA, onde a crise das subprime veio à tona. A China se tornou um grande centro financeiro, interessado em diversos países ao redor do mundo.

[Leia o resto deste post »](#)

Tags: brics, china, empréstimo, gabrielli, newsweek
Publicado em Uma Nova Era de Energia | 2 Comentários »

Neste blog, apresentaremos fatos e dados recentes da Petrobras e o posicionamento da empresa sobre as questões relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Leia, comente e divulgue para seus amigos.

Sobre o blog

Últimas postagens

- Entrevista do presidente da Petrobras à Revista Newsweek
- Outras opiniões - Laurindo Leal Filho
- Outras opiniões - Veríssimo
- Resposta da Petrobras ao jornal Correio da Bahia
- Ombudsman da Folha e o blog da Petrobras

Siga o blog no Twitter

Leia a entrevista do presidente da Petrobras para a revista Newsweek:
<http://tinyurl.com/mkufrw>
21 minutos ago

Busca

Categorias

- Artigos
- Bastidores da CPI
- Estabelecimento
- Histórias de Vida
- Informe
- Opinião
- Respostas à Imprensa
- Uma nova Era de Energia

mesmos três grandes jornais defenderam esse direito para publicar mentiras que um delegado da Polícia Federal lhes disse com o propósito de divulgar, ilegalmente, fotos de dinheiro apreendido com petistas presos. O delegado passou as fotos para os jornalistas dessas empresas e pediu a eles que dissessem tê-las recebido de outras fontes, o que eles fizeram. Contra esse comportamento se insurgiram publicações como *CartaCapital* e *Retrato do Brasil*. Nosso argumento, posteriormente desenvolvido quando a polêmica acabou chegando à Justiça, é o de que o sigilo da fonte não é absoluto; não pode, por exemplo, ser alegado para encobrir a mentira.

Quando se fala em “sigilo da fonte”, entende-se isso como o direito de o jornalista manter em sigilo a fonte de suas informações, as quais o jornalista deve crer serem relevantes e, até prova em contrário, verdadeiras. No caso da polêmica sobre o blog da Petrobras, os veículos da grande mídia conservadora pretendem que o sigilo da fonte seja outra coisa, um absurdo: o direito que eles teriam de interrogar alguém na hora que quiserem e, ao fazê-lo, adquirir também o direito de impedir que esse alguém divulgue as respostas

que dá, assim como as perguntas que recebe. Por que a grande mídia conservadora teria esse direito?

Na polêmica sobre o blog da Petrobras, a revista *Época* afirmou que “nenhuma empresa tem a independência necessária para decidir que informações a respeito de si mesma têm interesse para o público” e que “esse é o papel da imprensa”. Ora, é claro que é papel da imprensa decidir que informações sobre qualquer pessoa ou empresa têm interesse para o público. Mas é um absurdo pretender que as empresas jornalísticas tenham esse monopólio. Qualquer pessoa ou qualquer empresa pode – e evidentemente deve ter o direito – de decidir que informações a seu respeito devem ser tornadas públicas.

A grande mídia se trai quando argumenta que suas perguntas não devem ser divulgadas de imediato para não serem “expostas aos concorrentes”. Com isso está dizendo que sua preocupação são os negócios. Mas, deve-se perguntar, que compromisso uma pessoa ou empresa que é interrogada por um jornalista é obrigada a ter com quem a interroga? Por que não pode revelar o que lhe perguntam, na hora em que bem entender? E, considerando

que a pergunta feita é de interesse público, por que não responder a ela publicamente, mesmo que isso interfira na disputa comercial que os jornais têm entre si? Que obrigação ela tem com relação ao empreendimento comercial para o qual o jornalista trabalha?

3. O QUE OS GRANDES JORNAIS CONSERVADORES PRETENDEM

Em outra conjuntura, em 1957, como lembrou o jornalista Varon Cadena, que tem um blog na internet, o Congresso brasileiro instalou uma CPI que investigou, e provou, a relação das multinacionais de petróleo americanas, a Esso e a Shell, com os esforços que tinham sido desenvolvidos contra a criação da Petrobras no governo de Getúlio Vargas, em 1953. Na época, diz Cadena, as duas multinacionais, por meio de agências de publicidade, como a McCann-Erickson e a J.W. Thompson, “bonificavam a imprensa amiga com generosas verbas de publicidade” em troca de um noticiário contrário à campanha “O petróleo é nosso”, que levou à lei de criação da estatal brasileira de petróleo. Aliás, a lei foi sancionada por Vargas um ano antes de sua morte trágica, na qual a imprensa conservadora teve papel central, com sua campanha de denúncias contra o presidente. E a CPI de 1957 só saiu porque, com a morte de Vargas, houve intensa mobilização popular e os conservadores perderam as eleições presidenciais de 1955, quando se elegeu Juscelino Kubitschek pela coligação PTB-PSD, derrotando Juarez Távora, da UDN.

O negócio do petróleo, como se sabe, é uma arena de ferozes disputas. A Petrobras é um dos gigantes nesse ambiente. Seu controle estatal existe, do ponto de vista político, porque é o governo brasileiro que nomeia toda a sua direção executiva e seu conselho de administração. Mas o controle estatal das ações da companhia é precário. Numa lista das 20 maiores empresas do setor publicada pela revista *The Economist* em abril de 2005, 11 (de Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Venezuela, União dos Emirados Árabes, Líbia, Nigéria, México, Qatar e Argélia) tinham 100% de suas ações em mãos do Estado, e, das outras três com controle estatal, o governo brasileiro era o país



que tinha a menor fatia em sua petroleira: apenas 32% do total das ações da Petrobras. A China tem 90% das ações da PetroChina, e a Rússia, 73% das ações da Gazprom.

Do total das ações privadas da Petrobras, cerca de 50% estão nas mãos do capital estrangeiro, depois do esforço de privatização desenvolvido pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Mello. As seis empresas privadas da lista – Exxon Mobil e Chevron Texaco, americanas; Lukoil e Yukos, russas; British Petroleum, britânica; e Total, francesa – tinham reservas relativamente pequenas, abaixo de 16 milhões de barris, faixa na qual se situa metade das empresas. Além do mais, ano a ano têm perdido posição e estão, portanto, em uma luta de sobrevivência para aumentá-las.

Nesse contexto, as reservas brasileiras estão em disputa. Com as do pré-sal já descobertas, a Petrobras pulou dos últimos lugares entre as 20 maiores para o meio da lista. Pode ser que haja muito mais petróleo ainda e que as reservas brasileiras passem a ser das maiores do mundo. Como divulgamos em nossa edição nº 15 (“Uma proposta para o pré-sal”), em entrevista com um dos maiores especialistas do País na questão energética, Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), a suspensão da política liberal de concessões para exploração do petróleo é aspiração de uma ampla frente de forças populares. O propósito da entrevista foi a homenagem a Sauer por diversas entidades de trabalhadores e engenheiros, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela Associação Brasileira de Imprensa e por personalidades do movimento democrático, nacional e popular.

Como se sabe, a partir de 2007, depois de um esforço técnico e científico de décadas, a Petrobras acabou por achar petróleo

em todos os poços que perfurou nas concessões que tem na gigantesca formação rochosa conhecida como microbiólito, de cerca de 200 quilômetros por 800 quilômetros de extensão, originada com a separação dos continentes africano e americano. Sauer foi diretor da Petrobras quando a empresa pediu ao presidente da República a suspensão de todas as concessões na área do pré-sal. Inúmeras concessões já haviam sido feitas nessa área, várias delas para empresas estrangeiras. Na entrevista a *Retrato do Brasil*, Sauer apontou um problema óbvio. As concessões tinham sido feitas com cláusulas voltadas para premiar o risco exploratório. Com as descobertas da Petrobras, disse Sauer, é absolutamente justo considerar o risco inicial, justificador dos contratos, como não mais existente.

A questão, agora, é dimensionar a quantidade de petróleo que existe na área sabidamente petrolífera. Sauer, então, propôs que o governo brasileiro contrate a Petrobras para o levantamento inicial dessas reservas e, ao mesmo tempo, inicie o debate para decidir sobre a forma de explorar os recursos. Sem um debate nacional, sem grande participação popular, diz ele, corre-se o risco de haver uma reforma da lei do petróleo como a feita no setor elétrico, que acabou gerando, em cinco anos, um favorecimento de cerca de 10 bilhões de reais para os consumidores do chamado mercado livre de energia, que a reforma não desmontou. No setor do petróleo, o prejuízo pode ser de dezenas de bilhões de reais por ano, disse Sauer a *RB*.

Recentemente, em seminário do PDT, o partido criado pelo herdeiro de Vargas, o famoso Leonel Brizola (1922-2004), o deputado Brizola Neto (PDT-RS) defendeu as ideias de Sauer e as transformou em projeto de lei. O deputado diz, com razão: o Brasil vai leiloar um bem que não conhece direito; por que não faz um inventário desses recursos antes, como Sauer propõe?

Há muito que investigar no setor de petróleo no Brasil, e a CPI da oposição e os grandes veículos da mídia liberal conservadora não estão preocupados em investigar o que é mais relevante. Querem calar a Petrobras para completar a operação que visa assumir o seu controle. ■